

representativo republicano. Fundaram-se, então, inúmeros partidos operários pelo país todo. Porém, após a euforia dos anos iniciais, os socialistas passaram a questionar a possibilidade de êxito de algum partido operário no Brasil e em especial em São Paulo, pessimismo expresso na análise das conjunturas eleitorais, como o seguinte, publicado no periódico socialista *Avanti!* que considerava que a liberdade eleitoral que se anunciava no estado nas eleições de 1907 era um luxo de uma oligarquia que tinha muita certeza de seu poder:

*“Compreendeu-se que a violência e a fraude são armas ultrapassadas e portanto inúteis; que nenhuma astúcia consegue manter o poder sempre nas mesmas mãos; que num estado como esse no qual a metade da população é estrangeira, e que nove décimos da outra metade não são senão contingentes insignificantes e desprezíveis, é ridículo e perigoso fazer a guerra a ponta de faca entre os poucos oportunistas da política, e por isso se decidiu deixar uma liberdade eleitoral quase plena na certeza que dessa não poderá advir nenhum risco para a oligarquia”.*³

As queixas dos militantes não deixavam de ter procedência. Pode-se dizer que a liberdade de organização concedida aos operários era minimizada pela própria estrutura partidária estabelecida no estado pelo PRP, que “engolia” as dissidências que se opusessem à sua disciplina. Essa engrenagem era tão eficiente que permitiu ao partido não sofrer oposições sérias capazes de pôr em risco a sua hegemonia interna até 1926. Joseph Love chega a afirmar que a razão do peso do PRP no cenário nacional vinha da dependência que o partido criara com qualquer paulista que almejasse chegar a algum cargo político – que deveria satisfizer os critérios de ser oriundo e fiel às classes e relações de poder que sustentavam o partido⁴. John French também concorda com esse argumento, relacionando o domínio indiscutível do PRP em São Paulo ao tratamento eminentemente repressivo dispensado pelo Estado ao seu operariado:

*“A solidez do sistema oligárquico unipartidário de São Paulo contribuiu para que o PRP adotasse uma política puramente repressiva em relação ao movimento operário. Na vigência desse sistema predominantemente de dominação irrestrita do patrão (coronelismo), votavam menos de 2% ou 3% da população e os eleitores urbanos, mais difíceis de controlar, eram minoria insignificante do eleitorado do estado. Nessas condições, os políticos eram incapazes de conceber uma política popular baseado em apelos a um eleitorado urbano que incluísse os operários. Durante toda a Primeira República, a estratégia preferida dos industriais no estado e dos membros do governo foi a repressão, não o diálogo: a questão social era de fato, um caso de polícia”.*⁵

Em resumo, embora houvesse dissidências, clivagens e antagonismos na classe dirigente de São Paulo, o PRP ainda assim apresentava-se como um bloco intransponível para os oposicionistas que tentavam chegar ao governo. Os dados apresentados acima confirmam a idéia de Fausto, de que em São Paulo “era inviável uma tentativa de aliança com outros grupos sociais pela simples ausência de determinados grupos (os jovens das escolas militares e alguns oficiais das Forças Armadas em especial) e pelas características da classe média”⁶.

Por fim, então, o movimento socialista em São Paulo viu-se isolado sem contar com o apoio de outros setores sociais, percebendo a inviabilidade de se alcançar o poder através da luta partidária. A estratégia para manter-se como alternativa ao anarquismo, em ascensão, nesse contexto, foi tender cada vez mais para o reformismo, com propostas que reconheciam questões fundamentais para outras tendências operárias, como a legitimidade da propriedade privada dos meios de produção e alianças políticas com setores das classes dominantes.

Diante dessa realidade adversa, Antonio Piccarolo, na apresentação do programa do Centro Socialista Paulistano, assinalava que era preciso abrir mão de alguns métodos socialistas usuais nos países europeus mais adiantados, pois simplesmente imitá-los era uma atitude fora do tempo e do espaço. Na apresentação do programa do Centro, seus membros admitiam que suas propostas estavam longe do socialismo propriamente dito, que estavam em pleno desenvolvimento na Europa, “onde já existem uma burguesia e um proletariado; mas é tudo o que de bom e de

prático podem fazer aqui os socialistas, se não querem perder seu tempo em discussões teóricas, prematuras e sem nenhum valor”. Para Piccarolo, mereciam apoio todas as medidas que ajudassem a desbancar a mentalidade escravocrata do patronato brasileiro, ainda que essas propostas viessem de setores progressistas da própria burguesia. Nesse sentido, se o socialismo era impossível de ser implantado no Brasil, todos os esforços deveriam ser convergidos para esse fim, ainda que a *“Terra Prometida do coletivismo”* estivesse distante. O autor ainda justificava que nesse caminhar coletivo a estratégia explicitamente reformista era a única viável, pois ao mesmo tempo que inculcia os princípios socialistas ao proletariado para suas ações no futuro, promovendo pequenas conquistas dia após dia, evitava o *“desânimo e a desilusão, que a para a classe trabalhadora representam um regresso”*⁷.

Mas se a solidez do PRP pode ser indicada como um dos fatores mais fortes que contribuíram para a transformação da ação socialista em São Paulo rumo ao reformismo, o que dizer do Rio Grande do Sul, outro importante núcleo socialista do país, onde a bipolaridade partidária foi a principal marca da vida política do estado na Primeira República?

Para o Partido Republicano Rio-Grandense, o partido dirigente que não gozava das tradicionais bases do poder oligárquico, o operariado urbano aparecia como uma força social importante para dar sustentação ao seu projeto político, baseado no positivismo comtista, que contava entre seus princípios com a idéia de *“incorporação do proletariado”*. A conquista do apoio do operariado era importante para o partido governamental porque seu principal oponente, o Partido Federalista, gozava das tradicionais bases do poder oligárquico, pois era formado, principalmente, pelos elementos da classe dominante do estado, ligados à produção pecuarista. Além disso, os federalistas transitavam nos meios operários para aumentar os quadros e a força de oposição no Rio Grande do Sul, especialmente, nos centros industriais e portuários onde a oligarquia pecuarista e charqueadora mantinha sua predominância, como nas cidades de Pelotas e Rio Grande⁸.

Desde o momento em que se fixou no poder, o PRR regozijava-se pelo fato de no Rio Grande do Sul não haver conflitos sérios entre capital e trabalho, devido à excelente administração do partido, iluminada pelos princípios da doutrina positivista. Contudo, após a *“greve dos 21 dias”*, em outubro de 1906, organizada e liderada pelos socialistas, ficou claro que o seu discurso de *“incorporação do proletariado”*, era restrito na prática. A situação era inédita no Rio Grande do Sul. Era a primeira greve geral do estado, e o comportamento do PRR limitou-se a *“aconselhar”* os grevistas a pôr fim ao movimento e a usar a força pública para garantir o direito de propriedade e o de trabalhar para quem assim o quisesse⁹. A partir de então, o partido situacionista passaria a ter uma política mais incisiva, de cooptação de lideranças socialistas entre os seus quadros. O caso mais conhecido talvez seja o de Francisco Xavier da Costa, militante que esteve presente desde as primeiras tentativas de organização socialista no estado, e que, junto com seus companheiros socialistas, declarava firme oposição à política dominada pela *“burguesia da vaca”*¹⁰, mas chegou a ocupar o cargo de conselheiro da intendência municipal de Porto Alegre pelo PRR, sob a legenda de representante operário.

Segundo Adhemar Lourenço da Silva¹¹, o papel do partido dirigente, dentro de um contexto de bipolaridade da *“grande política”* gaúcha e das decorrentes tentativas de cooptação, foi um fator essencial para fomentar clivagens no interior do movimento operário do Rio Grande do Sul. No decorrer do processo político partidário, sobre os socialistas gaúchos pairava sempre a ameaça de serem absorvidos pelos republicanos ou pelos federalistas. Frente à possibilidade de perda da autonomia operária, o convívio entre socialistas e anarquistas foi abalado, aprofundando as diferenças (por muito tempo toleradas ou pouco discutidas), a ponto de romperem laços de solidariedade. Isso se manifestou, por exemplo, em confrontos em discursos de 1º de Maio, em não participação de greves quando eram organizadas pela outra facção e em trocas de insultos nas páginas de seus jornais, que em alguns casos se transformou numa briga pessoal entre anarquistas e socialistas.

O socialismo, ao optar pela necessidade de organização do proletariado em torno de um partido, abriu espaço para, de um lado, a cooptação pela classe dominante, como foi no caso do Rio Grande do Sul, ou a indiferença quase total dispensada pela elite quando certa de sua força, como no caso de São Paulo. Neste estado, diante da inexistência de uma oposição que de fato pudesse ameaçar o predomínio do PRP, simplesmente não houve necessidade de se barganhar o apoio dos operários, por isso os socialistas não terem sido aliciados e os operários receberem como resposta às suas reivindicações a repressão. Evidentemente, o PRR não usou apenas da cooptação como forma de controle sobre o movimento operário, mas em São Paulo, a repressão atingiu níveis e volume muito mais altos e foi muito mais recorrente do que no Rio Grande do Sul onde havia a possibilidade de negociar.

Mesmo assim, aos olhos da classe dominante e dos grupos dirigentes, os socialistas apareciam como uma vertente do movimento operário mais amena, que aceitava negociar, mesmo que nos termos estipulados pela elite, chegando a ponto de, em alguns casos, condenar métodos mais agressivos de pressão, como as greves. Não se pode esquecer que por volta da realização do I Congresso Operário Brasileiro, em 1906, os anarquistas iniciaram sua fase de ascensão no movimento operário dos principais centros do país, e isso contribuiu para que acirrassem as rivalidades entre as duas tendências, até então minimizadas ou toleradas. Uma das alternativas possíveis para os socialistas diante das restrições institucionais do regime oligárquico e do crescimento da força libertária era adotar uma postura cada vez mais moderada, o que de certa forma obrigava, se não a fazer alianças com os políticos dos grandes partidos, pelo menos restringir a combatividade de sua militância, limitando-se a discursos e publicação de textos em seus jornais. Para os socialistas, embora o regime eleitoral tivesse falhas que sustentavam a exclusão do operário, não se poderia prescindir de sua existência.

Dessa forma, verifica-se que o socialismo no Rio Grande do Sul e em São Paulo, embora por vias diferentes, caminhou no sentido de assumir posições cada vez mais moderadas. Pode-se perguntar se essa moderação foi sinônimo de domesticação pela classe dominante e pelos grupos dirigentes? Esses grupos estavam assumindo uma roupagem “colaboracionista”, “pelega”? Embora as pesquisas, e conseqüentemente os dados, sobre a história do movimento operário mineiro sejam mais escassos, é possível tentar refletir sobre essas questões a partir de observações quanto ao caráter do movimento operário mineiro e da influência do Estado na sua trajetória.

No Congresso Operário de 1912, o “Congresso Pelego”, organizado pelo deputado Mario Hermes, filho do presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, se verificou um número relativamente acentuado de organizações operárias de Minas Gerais entre as participantes¹². Pesquisadores anarquistas¹³ consideraram as associações pouco expressivas e que sua participação se devesse à influência de Pinto Machado, um militante carioca, que trabalhava por organizar o operariado sob uma ótica “colaboracionista”, combatendo a disseminação de outras doutrinas, especialmente o anarquismo, e aproximando políticos eminentes dos meios operários. É interessante observar que o redator das resoluções do “Congresso” foi Donato Donati¹⁴, líder operário em Minas Gerais que teve participação decisiva nas greves de Belo Horizonte e de Juiz de Fora nesse mesmo ano de 1912¹⁵. A simples participação de Donati nesse encontro organizado com claros fins de cooptação, o faz “pelego”?

Exceto os militantes anarquistas que divergiam dos métodos por seus princípios políticos-teóricos, a massa de operários não fazia cálculos a longo prazo de estratégias de organização para suplantar o capitalismo. Assim, qual operário que vivia na época em Minas Gerais não teria ficado esperançoso vendo o governo estadual, em atitude inédita no país inteiro, legislar a favor dos operários, regulamentando a jornada de trabalho para oito horas diárias? A conquista das oito horas, juntamente com a regulamentação dos trabalhos feminino e infantil na capital, sugeria que os métodos utilizados pelos seus companheiros na capital, remetendo seus anseios ao poder público, poderiam obter resultados práticos concretos, interferindo diretamente na realidade cotidiana do operariado. A esperança operária se disseminava de tal forma que a data de início da greve em Juiz de Fora, 16 de agosto de 1912, não foi escolhida por acaso: era a data

em que passaria a valer a legislação aprovada pela Comissão Arbitral em Belo Horizonte. O que se pode dizer aqui é que quando os operários belo-horizontinos e juizforenses remetem suas reivindicações a políticos proeminentes e as conquistas parciais nesses dois movimentos, parecem indicar muito mais o entusiasmo gerado pelas conquistas, ainda que parciais, alimentando a crença de que a melhor sorte dos operários seria definida nesse caminhar passo a passo. Como julgar o entusiasmo nesse conturbado ano de 1912 em Minas Gerais? Pode um observador de hoje condená-los por sua ingenuidade em acreditar que a regulamentação das oito horas não seria em pouco tempo desconsiderada pelo patronato? É muito fácil para um observador contemporâneo dar razão aos anarquistas que criticavam os métodos escolhidos nessas cidades mineiras na época, mas as perspectivas pareciam ser as melhores possíveis.

Encaminhando para uma conclusão, percebe-se que a partir de meados da primeira década do século XX, após as primeiras experiências de formação de grupos socialistas no país, verificadas nos três estados estudados, o caminho da organização operária para construir uma ordem socialista foi se mostrando ser uma via cheia de obstáculos difíceis de serem enfrentados. Para superá-los, os socialistas gaúchos e paulistas tenderam cada vez mais ao abandono de um programa propriamente socialista, deixando de lado inclusive a idéia de se formar um partido socialista, fosse ele de abrangência nacional ou mesmo estadual.

Os socialistas gaúchos viram-se em meio às disputas dos grandes partidos políticos, os republicanos e os federalistas. O seu poder de influência na organização do proletariado urbano do Rio Grande do Sul, sobretudo na capital, demonstrado na greve dos 21 dias de 1906, acabou sendo disputado pelos grandes partidos para ampliar sua base de apoio, seja para manter-se no poder, no caso dos republicanos, seja para desbancar o partido dominante, no caso da oposição federalista. Acabaram se integrando, ora em um, ora em outro partido, compondo chapas e até mesmo ocupando cargos públicos. A idéia era servir o proletariado por dentro das estruturas existentes.

Enquanto isso, os paulistas, ao contrário dos gaúchos, vivendo sob a égide do unipartidarismo republicano oligárquico do PRP, não tiveram o mesmo fim. Não foram em nenhum momento aliciados pelo partido da situação nem pela oposição, praticamente inexistente diante da engrenagem montada pelos republicanos paulistas. Se qualquer oposição de setores médios ou burgueses era engolida, o que dizer dos socialistas, que, em teoria, contariam apenas com o apoio dos operários, num ambiente em que menos de 30% da população era alfabetizada (em 1920) e uma pequeníssima parte da população estava apta a votar (e quando podiam votar, eram obrigados a se submeter à vontade dos coronéis locais)? A duras penas passaram a adiar a um futuro a perder de vista a implementação do socialismo.

Mas se o socialismo estava distante, era imprescindível continuar a luta, pois todas as ações no presente resultariam em preparação para o socialismo. Entre elas estava a necessidade de apoiar qualquer proposta que fosse mais progressista do que o sistema oligárquico, herdeiro da tradição escravocrata no Brasil. Nesse sentido, até mesmo a burguesia industrial paulista foi ovacionada pelos socialistas como um passo adiante na preparação do terreno para a proliferação do socialismo. Essa idéia de transformação por etapas (da oligarquia de mentalidade “escravocrata”, para a burguesia “progressista” e finalmente, para o socialismo) também foi compartilhada pelos socialistas gaúchos no início da República, que identificavam os partidos em guerra como oligarcas caudilhescos retrógrados que precisavam sucumbir diante de uma burguesia “progressista” capaz de admitir a discussão política em plena liberdade, condição básica para a difusão da propaganda socialista e do fortalecimento dos seus partidos políticos.

Mas enquanto os anarquistas em ascensão criticavam duramente os socialistas paulistas e gaúchos, acusando-os de cooperação com o sistema oligárquico e com o capitalismo, os socialistas em Minas Gerais ganhavam força após as conquistas, ainda que parciais, das greves de 1912 em Belo Horizonte e Juiz de Fora. Se a última greve não pode ter sido considerada vitoriosa, tampouco foi uma derrota. Mas os métodos utilizados por ela precisam ser avaliados num contexto de entusiasmo diante da implementação da lei de 8 horas na capital, conquistada mediante a avaliação de um Conselho Arbitral presidido pelo presidente do estado de Minas Gerais, em atitude inédita no país. Se o anarquismo,

apesar de presente, não conseguia se firmar no estado até 1912, não se pode dizer que Minas foi um estado cujo operariado era “amarelo”, principalmente devido ao número de entidades mineiras participantes no “Congresso pelego”, em 1912 no Rio de Janeiro. A sua participação nesse evento se deve, por um lado, ao trabalho de “colaboracionistas” cariocas na organização operária, mas principalmente, ao entusiasmo dos militantes socialistas mineiros, que obtiveram conquistas mediante a intervenção de políticos e do Estado no conflito entre patrões e empregados.

Por fim, o termo “pelego” pode ser atribuído aos militantes socialistas, principalmente gaúchos e mineiros, na medida em que suas práticas contribuíssem para que naquele momento, a ordem social não fosse ameaçada. Ou seja, o resultado das suas práticas acabavam por diminuir o impacto da luta de classes, da mesma forma que um pelego diminui o impacto entre a cela e o cavaleiro.

* Versão adaptada do 2º capítulo de minha dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida na UFRGS.

¹ Embora não fosse seu objeto de estudo, Cláudia Viscardi não encontrou evidências que indicassem para o uso recorrente da expressão “política do café-com-leite” durante a Primeira República. A historiadora sugere que o termo tenha sido difundido pelo governo de Vargas para desqualificar a política anterior e assim legitimar a ascensão desse novo regime. A historiografia, no entender de Viscardi, teria incorporado esse discurso oficial. (VISCARDI, Cláudia M^a. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 21-22. – A autora baseia-se nos argumentos de FONSECA, Pedro. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 133.).

² PETERSEN, Sílvia R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Angela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 85-103.

³ “A propósito delle elezioni”, *Avanti!*, 4-2-1907 apud PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil – condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e com o Estado (1889-1930) – Documentos vol. II*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: FUNCAMP, 1981, p. 247-249.

⁴ LOVE, Joseph. Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 58. O autor minimiza as dissidências internas do partido que asseguraria o caráter monopartidário da política paulista (“O PRP sofreu cisões em 1891, 1901, 1907, 1915 e 1924, mas a maioria dos dissidentes acabava regressando ao aprisco.”). Edgard Carone, por sua vez (*A República Velha – Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, p. 313-315), destaca que as dissidências do PRP (formadas por elementos oriundos da “burguesia e da alta classe média”) corporificaram um longo processo que culminou na formação do Partido Democrático de 1926. Para este autor, “(...) as contínuas crises e a lenta ascensão de ramos das classes dirigentes urbanas, levam estas duas alas a se unirem e a contestar o predomínio absoluto das classes urbanas no poder” (p. 313). No entanto, a liderança do PRP neste período é incontestável. Ver ainda KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

⁵ FRENCH, John D. *O ABC dos operários – Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Editora Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995, p. 24.

⁶ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977, p. 60.

⁷ PICCAROLO, Antonio. Esboço de um programa de ação socialista. In: *O socialismo no Brasil – Esboço de um programa de ação socialista*. São Paulo: 2.ed., ea.ed., 1932, p. 57-61 apud MORAES FILHO, Evaristo (org.). *O socialismo brasileiro*. Brasília: Ed. UnB/Câmara dos Deputados, 1981, p. 120-121.

⁸ Para a relação entre o movimento operário e os federalistas no Rio Grande do Sul, em particular, Pelotas e Rio Grande, ver LONER, Beatriz Ana. O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha. *História Unisinos*, São Leopoldo: vol. 6, n.6, p. 92-125, 2002.

⁹ Sobre a greve dos 21 dias em Porto Alegre ver BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades do movimento operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 42-66; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “Que a União Operária seja a nossa pátria!” – Uma história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p. 193-216.

¹⁰ Alguns documentos que dão conta do teor do discurso de oposição dos socialistas gaúchos são os seguintes: Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul, de 1897; Manifesto do Partido Operário ao operariado do Rio Grande do Sul, de 1905. A expressão “burguesia da vaca” é do texto de Guilherme Sauter, *A nossa política, Democracia social*, Pelotas, 9-7-1893, p.1-2. Todos esses textos, encontram-se reproduzidos em PETERSEN, Sílvia e LUCAS, Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS/Tchê!, 1992, p. 89-95; p. 126-134; p. 52-56.

¹¹ SILVA, Adhemar Lourenço da. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, vol.XXII, n. 2, p. 5-26, dez. 1996.

¹² DUTRA, Eliana. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 76.

¹³ RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979, p. 189-190 (nota de pé de página).

¹⁴ DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 32. O autor baseia-se em “Documentos do movimento operário: Congresso Operário de 1912”. In: *Estudos Sociais*, n.17, p. 71-72, jun. 1963.

¹⁵ Sobre as greves de 1912 em Belo Horizonte e Juiz de Fora ver: FARIA, Maria Auxiliadora e GROSSI, Yonne de S. A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1920. In: *V Seminário de Estudos Mineiros – A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 165-214.; ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Campinas: Dissertação de mestrado em História/Unicamp, 1984, p. 105-153.